

# Renegociação voltada para o crescimento econômico

Entendemos que os enormes sacrifícios que o povo brasileiro tem sido obrigado a suportar nos últimos anos só terão uma justificativa se a economia do País puder voltar, o quanto antes, a crescer de forma significativa. Deveremos reconhecer que, no último triénio, verificou-se uma melhora nas nossas contas externas, que, sem favor, pode ser considerada espetacular. O déficit em conta corrente do balanço de pagamentos — que dá a medida do esforço desenvolvido — caiu de US\$ 14,7 bilhões em 1982 para US\$ 6,2 bilhões em 1984, devendo ficar neste ano em cerca de US\$ 3 bilhões. Mas tudo isso terá pouco efeito prático para a vida da grande massa de população do País se a nossa economia não puder retornar à rota do desenvolvimento, através basicamente da recuperação do mercado interno.

O atual governo demonstra agora ter consciência dessa situação e, mais importante do que isso, disposição de agir. Ao discorrer sobre a importância de o País possuir, ao fim deste ano, uma sobra de caixa entre US\$ 5 bilhões e

US\$ 7 bilhões, o assessor especial para assuntos econômicos da Seplan, Akihiro Ikeda, afirmou que o País insistirá, nas próximas discussões com os credores internacionais, na necessidade de poder retornar ao crescimento econômico no curto e médio prazo.

Isso vem dar às negociações que deverão ter início em outubro deste ano uma amplitude muito maior do que se antecipava. Será preciso não apenas que os credores concordem com a rolagem das amortizações previstas para pagamento em 1985 e nos anos subsequentes — o que, por si só, não será uma tarefa fácil — mas também com alguma forma de limitar o pagamento de juros, seja através da capitalização ou de outro mecanismo. Nessas condições, o País não teria de, nos próximos anos, produzir superávits comerciais elevadíssimos, que têm impedido que o seu mercado interno possa expandir-se.

Isso não significa, necessariamente, que as exportações venham a ser bruscamente desaceleradas. Até o fim de 1985, como

assinalamos em editorial anterior, o intercâmbio internacional deverá permanecer em crescimento, embora a um ritmo menor do que o atualmente observado. O País pode e deve aproveitar as oportunidades que surgirem no mercado externo. Mas, sendo a economia direcionada também para o crescimento interno, deverá aumentar paralelamente o quociente de importações.

Será, assim, criado o clima para novos investimentos no Brasil, tanto originados no próprio País como provindos do exterior. Não se deve esquecer que as grandes empresas estrangeiras que para aqui vieram visaram sobre tudo à participação em nosso mercado interno, um dos maiores do mundo e com imenso potencial de expansão. Para estas companhias, tanto quanto para as empresas de capital nacional, a exportação pode ser uma saída, mas nunca será inteiramente satisfatória.

Como afirmou há pouco o presidente da Pirelli, Jean Batista De Georgi: "Precisamos de um mer-

cado interno que absorva os custos fixos integralmente e que nos permita tratar, pelo menos, uma parte das exportações a preços marginais. Afinal, poucas de nossas exportações dão lucros sensíveis; muitas só permitem uma recuperação parcial dos custos fixos".

Repetimos que não temos ilusões quanto aos obstáculos a um reescalonamento externo que permita ao País reencontrar o caminho do desenvolvimento. Mas a questão terá de ser resolvida de qualquer maneira. Se o atual governo não tiver êxito em seus esforços nesse sentido, ou se tiver êxito parcial, não há dúvida de que o futuro governo retornará, com nova força, à mesa de negociações.

Cabe recordar que ambos os candidatos à Presidência da República se comprometeram explicitamente a buscar uma solução para o problema da dívida, condizente com o crescimento econômico. E não se trata, nesse caso, de simples promessas, mas de respostas a uma exigência nacional.